

Sobre jogo de linguagem: Habermas e Wittgenstein

*(About language game:
Habermas and Wittgenstein)*

Clélia APARECIDA MARTINS

Recibido: 22 de agosto de 2010

Aceptado: 28 de octubre de 2010

Resumo

Este texto traz apontamentos a respeito da filosofia da linguagem de Wittgenstein e de sua presença na filosofia habermasiana por meio do conceito básico jogo de linguagem. A abordagem da linguagem do segundo Wittgenstein atinge uma abstração um tanto culturalista, que, no entanto, o exime da pretensão de ser um teórico da linguagem, já em Habermas, essa abordagem se coloca com uma intenção: a sistematização da pragmática universal, que ele apresenta como uma teoria dos jogos de linguagem.

Palavras-chave: jogo de linguagem, Jürgen Habermas, Ludwig Wittgenstein

Abstract

This paper brings notes regarding Wittgenstein's philosophy of language and its presence in habermasian philosophy by means of the basic concept language game. The approach of language of the second Wittgenstein reaches a rather culturalist abstraction, which, however, disclaims him of the pretension of being a theoretical of language, but in Habermas, this approach is put with an intention: the systematization of the universal pragmatics, which he presents as a theory of language games.

Keywords: language game, Jürgen Habermas, Ludwig Wittgenstein

Se consideramos que uma obra filosófica é constituída por esclarecimentos e anotações, temos que toda a relação entre Habermas e Wittgenstein se deve as *Investigações filosóficas*. O segundo Wittgenstein, indubitavelmente, é uma das fontes da filosofia da linguagem de Habermas. Conceitos wittgensteinianos como jogo de linguagem, *Lebensform*, uso das regras de linguagem, seguir uma regra, são caros a Habermas. Mas enquanto, por aquele, tanto a noção de linguagem privada quanto a de universalidade da linguagem são veementemente criticadas, da parte de Habermas temos o contrário: quando ele denega o foco da linguagem privada, ele o faz afirmando a universalidade da linguagem.

Pontos de contato entre Habermas e Wittgenstein, por certo, são abundantes – todos em torno do paradigma da linguagem, da filosofia da linguagem: trata-se da relação linguagem/mundo e não consciência/mundo. A temática da intersubjetividade humana parece ser o ponto mais comum entre ambos, e para isso o conceito “jogo de linguagem” (*Sprachspiel*) é central; consequentemente, este texto está limitado a sua análise tanto em um quanto no outro autor. Em decorrência da relevância desse conceito, outro também focado por ambos, a saber, o consenso, é tematizado no decorrer do texto não desconsiderando que, enquanto para Habermas ele é o cerne de sua teoria do discurso, a Wittgenstein interessa apenas o acordo possível de existir entre os jogadores acerca das regras vigentes na forma de vida. Na parte final esboçamos uma análise crítica sobre as reflexões de ambos os pensadores. Resguardadas as diferenças, balizamos as possibilidades de as críticas tecidas por Habermas a Wittgenstein poderem ser, de certo modo, direcionadas a ele também.

1. Jogos de linguagem em Wittgenstein

O *Tractatus Logicus Philosophicus* foi publicado pela primeira vez em 1921. Nele, Wittgenstein estudou a forma de uma linguagem universal que fosse reflexo ou cópia dos fatos. Todas as orações sistematicamente permitidas, nessa linguagem, teriam empiricamente sentido; a elas e apenas às verdadeiras, corresponderiam os fatos.

A exemplo de Frege, Wittgenstein entende a proposição como expressão de suas condições de verdade: “compreender uma proposição significa saber qual é o caso quando ela é verdadeira” (*TLP* 4.024).¹ A partir de proposições atômicas, tem-se a noção da linguagem logicamente transparente, cuja função é a representação de fatos de forma veritativo-funcional.

¹ As referências às obras de Wittgenstein seguem a praxe, isto é, são feitas pelas iniciais maiúsculas de seus títulos, seguidas do número do aforismo ou do parágrafo.

Wittgenstein atribui um caráter *formador de mundo* à linguagem universal, lógica, e representante dos fatos. Entra em cena a forma lógica da proposição elementar: “Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição, e, portanto, a essência do mundo” (TLP 5.4711). Os limites da linguagem “significam os limites de meu mundo” (TLP 5.6); as proposições da semântica lógica possibilitam apreender a estrutura do mundo.

O descobrimento do *uso* da linguagem fez Wittgenstein abandonar essa sua posição original. O uso não acentua o caráter instrumental da linguagem, mas o entrelaçamento da linguagem com uma prática interativa, na qual uma forma de vida se reflete e, ao mesmo tempo, se reproduz. Com as *Philosophische Untersuchungen* (PU), texto publicado postumamente, em 1958, o pensador austríaco distancia-se do positivismo lógico presente no *Tractatus*. *Philosophische Untersuchungen* constitui-se num livro no qual a única linguagem verdadeira é a ordinária. Mas bem antes dessa obra, o *Caderno de notas* de Wittgenstein (1929-1930), e que consta nas *Philosophische Bemerkungen*, já traz as dúvidas que o levaram a revisar sua colocação inicial a respeito da linguagem. A lógica torna-se um objeto de questionamento. Por que ela deve ocupar-se da linguagem ideal e não da *nossa*? Se a linguagem ideal só pode expressar o que expressamos com nossa linguagem ordinária, por que a lógica prioriza a primeira e não essa? Se no *Tractatus*, Wittgenstein considerava “humanamente impossível” extrair a lógica de nossa linguagem ordinária, nas *Philosophische Untersuchungen* este é seu propósito.

A linguagem ordinária concreta já não é menor, ela representa uma metalinguagem última. Em relação à primeira fase, desponta como mais relevante nessa nova abordagem da linguagem o conceito “jogo de linguagem”, que não remete a um simples jogo, mas à totalidade dos proferimentos linguísticos entrelaçados uns aos outros e as atividades não linguísticas. O conjunto de atividades e de ações de fala é constituído pelo consenso preliminar numa forma de vida compartilhada intersubjetivamente, ou mediante a pré-compreensão de uma prática comum regulada por instituições e costumes. A forma de vida regula *preliminarmente* o emprego dos vocábulos e das proposições numa rede de possíveis colocações de fins e de possíveis ações. Num jogo de linguagem desenvolvido de modo competente, as ações de fala e as atividades por elas coordenadas carregam a prática interativa, porém, não do mesmo modo.

Na abordagem de Wittgenstein os conteúdos intencionais da língua são tratados com independência das vivências intencionais: na linguagem mesma se conjugam intenção e cumprimento da intenção, e isso nada tem a ver com momentos internos da subjetividade humana. Um sujeito isolado monadicamente não pode empregar uma expressão de modo idêntico no que se refere ao significado. Por esse caminho, Wittgenstein introduz o nexos interno entre significado e validade.

Conforme a teoria do significado, que muitos intérpretes veem na obra tardia de Wittgenstein, o significado de uma palavra ou oração é o papel que os sujeitos cumprem no cálculo que é a linguagem: “Seguir uma regra, participar algo a alguém, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são usos (costumes; instituições)” (PU § 199). Aos usuários da linguagem é impossível ignorar o que significa uma palavra ou oração ter significado. Para que uma expressão linguística tenha o mesmo significado para um sujeito, este tem que estar em condições de seguir uma regra junto com, pelo menos, um outro sujeito – regra essa que deve ser *válida para ambos*. Só há identidade entre os significados se eles forem válidos para mais de um sujeito (PU § 54).

Entender um jogo significa entender algo, dominar uma técnica. Aos contextos de interação praticados tudo está referido, neles as expressões linguísticas preenchem funções práticas. Em Wittgenstein a ligação entre linguagem e prática que o conceito jogo de linguagem expressa é explicada com referências as operações geradoras de cadeias de símbolos, sempre conforme a uma regra. As regras de jogo podem ser descritas. O específico de uma regra de jogo de linguagem se expressa mais além de uma descrição, porém, expressa-se propriamente na competência daquele que a domina. Daí ele analisar o sentido de uma expressão simbólica levando em conta não o comportamento nele mesmo, mas o guiado por regras do jogo.

Seguir uma regra é uma “práxis”, uma empresa coletiva: não há “seguir uma regra *privatum*, já que não existem regras privadas” (PU § 202). A capacidade de entender uma regra exige uma habilidade prática, isto é, exige operar conforme a essa regra. Seguir uma regra significa observar, em todo o caso, *a mesma* regra – o significado de uma regra está entrelaçado com o uso da palavra. O sentido de uma regra apenas pode ser exemplificado mediante um número finito de casos, os quais só podem ser explicados a outro por meio de exemplos; isto significa, deveras, motivar alguém, generalizar de modo indutivo um número finito de casos, embora sejam “as regras que vêm ao caso no exemplo, as que o convertem em exemplo” (PG II 9).

Sistemas de linguagem, dentro dos quais as palavras (ou orações) podem desempenhar funções comparáveis, exigem sempre a interação de vários sujeitos de uma comunidade linguística: “expectativa e cumprimento se tocam na linguagem (e só na linguagem).” (PU § 445). A língua é instituição pública que se entrelaça com práticas constituintes de uma comunidade linguística. Eis o caráter público da linguagem. A compreensão de significados idênticos pressupõe conceptualmente a capacidade de participar de uma prática pública com ao menos outro sujeito.

Como se percebe, Wittgenstein rechaça o modelo privado ou monológico de linguagem de acordo com o qual a noção de uma pessoa que segue uma regra linguística tem de ser analisada apenas em termos de fatos sobre o que segue a regra, e unicamente ela (a pessoa), sem se considerar o seu pertencimento a uma comunidade mais ampla. Na base dessa refutação está a convicção de que o domínio de convenções semânticas não é competência de um sujeito isolado.

1.1. A gramática dos jogos de linguagem em Wittgenstein

Wittgenstein teve consciência da dimensão pragmática dos atos de fala mediante os quais geramos uma pluralidade de situações de entendimento possível: “Se dão inumeráveis formas distintas de uso de tudo isso que chamamos ‘signos’, ‘palavras’, ‘orações’... Surgem novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem... e outros envelhecem e se apagam” (PU § 23). Horizontes de sentido partilhados intersubjetivamente são projetados por jogos de linguagem e o uso da linguagem não é meramente um jogo, ele intervém em nossas vidas.²

As marcas dos jogos de linguagem ficam nas formas de vida culturais, porque nos orientamos nos jogos não por novos fins (PG § 133), mas por hábitos, habilidades. O modelo de jogo de linguagem, as interações linguisticamente mediadas, são vinculados à noção de hábito. Em um contexto de ação, o que une os sujeitos falantes e agentes, é um *acordo* sobre regras devido ao *hábito*. A estrutura de um jogo de linguagem estabelece como se pode empregar orações em manifestações superficiais de consenso. Em uma práxis cotidiana comunicativa sobressaem traços interativos de jogos de linguagem regulados pela gramática. Manifestações suscetíveis de consenso podem se formar apenas pelo conjunto de regras que são, elas próprias, a gramática de um jogo de linguagem (PU § 54), por meio da qual se explora a dimensão de um saber referente a um mundo da vida compartilhado intersubjetivamente, que é portador das múltiplas funções da linguagem.

A gramática de um jogo de linguagem regula conjuntos de sentido que, em termos de complementaridade, são encarnados em orações, em expressões. Para Wittgenstein, as regras da gramática são divididas em superficiais (*Oberflächengrammatik*), gramática da superfície, sistemática, formal (PU §§ 572-3, 664) e profundas (*Tiefengrammatik*) (PU § 464), gramática das formas de vida. Portanto, a expressão gramática da linguagem tem a ver com a gramática das formas de vida, e nisso fica subentendido que toda linguagem natural o é em relação a sua função de comunicação, na qual há a interseção entre imagens de mundo e estrutura social da respectiva comunidade linguística. Já na *Oberflächengrammatik*, as regras linguísticas não são assimiladas ao hábito porque cada linguagem ostenta uma autonomia diante do pano de fundo cultural e das práticas sociais da comunidade linguística. Trata-se então de uma gramática enganosa, para a qual a descoberta do significado da palavra obtém-se com a análise linguística, e, com isso, ela desconsidera o uso da linguagem. Como a significação de uma palavra é seu uso na linguagem, e não necessariamente sua conformação gramatical (PU § 43); donde, a “gramática” de um jogo de linguagem não poder ser confundida com a gramática de uma língua. A primeira compreende as regras conforme as quais se

² “É realmente o significado só ‘o uso da palavra’?, não é a forma como esse *uso intervém na vida*?, não é seu uso *parte de nossa vida*?” (PG § 29).

geram também situações de entendimento possível. Em nome da linguagem ordinária, Wittgenstein, alhures, parece ignorar o papel das regras da *Oberflächengrammatik* na construção do consenso, como se esse dependesse apenas da *Tiefengrammatik*.

A gramática dos jogos de linguagem é como uma infraestrutura da forma de vida. Wittgenstein não interpreta a prática do jogo de linguagem, que determina o uso das expressões linguísticas, como se fosse o elemento resultante de ações teleológicas singulares de sujeitos que isoladamente estatuem fins. Antes, pelo contrário, ele a tem como um modo de ação comum a todos os homens, que se entendem sobre uma prática guiada por regras antes mesmo de tornar explícito o saber sobre essas regras – há, pois, o saber implícito, o saber das regras intuitivamente desejadas. Aprender a dominar uma linguagem, ou aprender como compreender as expressões numa linguagem, exige que nos exercitemos numa determinada forma de vida.

A concordância de formas de vida, mais que a de opiniões, é o que representa acordo para Wittgenstein (*PU* § 241). O caso exposto nas *Investigações Filosóficas* é paradigmático: se um leão falasse não teríamos como compreendê-lo (*PU* II, xi 223). Destarte, aqui fica evidente uma postura antiteórica do segundo Wittgenstein: “A gramática de um jogo de linguagem... se mostra ela só, não é possível desenvolvê-la no sentido de uma experiência teórica.” (*PU* §54). Não há uma teoria comum às várias formas de vida e é impossível elaborá-la. Os jogos de linguagem são também afetados por esse entendimento: sendo inúmeros e diversificados entre eles, não podem ser objeto de uma teoria.

Não obstante, no concernente a isso chama a atenção o fato de Wittgenstein, ao transferir a espontaneidade formadora de mundo para a variedade dos jogos de linguagem e formas de vida, parecer consolidar o primado do *a priori* de sentido sobre o estabelecimento de fatos (*ÜG* § 105). Com efeito, se não é possível uma teoria, é possível constatar um *ante* a toda teoria: “Toda prova, toda confirmação e refutação de uma hipótese já ocorre no seio de um sistema. E tal sistema não é ponto de partida mais ou menos arbitrário e duvidoso de nossos argumentos, mas pertence à essência do que denominamos uma argumentação” (*ÜG* § 105). Duas implicações daí decorrem. Primeira, a depreciação da dimensão cognitiva da linguagem, como se o processo linguístico prescindisse da cognição que se desenvolve em meio à faticidade do mundo da vida. Segunda, o saber pré-teórico existente no mundo da vida é determinante do conhecimento, das formas de vida. Indubitavelmente, a consideração desse saber pré-teórico denota a valorização da linguagem ordinária. Entrementes, não seria esse já um pressuposto teórico que envolve toda observação a respeito dos jogos de linguagem? Se sim, temos com isso Wittgenstein contradizendo seu próprio argumento acerca da impossibilidade de se elaborar uma teoria a respeito de jogos de linguagem.

Isso, contudo, não significou a depreciação desse conceito. Muito pelo contrário. O entendimento de que a constatação, descrição e explicação de fatos só constituíam tipos de atos de fala entre outros tipos, levou Wittgenstein, por um lado, de modo aceitável, a romper com a supremacia da fala constatativa de fatos, com a consideração preeminente da linguagem como *logos*, por outro lado, porém, não lhe permitiu tanto refletir sobre a relação entre as formas de vida e os jogos de linguagem, como também a ligar as regras do significado de palavras à validade dos enunciados. Em vez disso, ele compara a validade de convenções de significado com a validade social de costumes e instituições e equipara as regras gramaticais de jogos de linguagem a normas de ações sociais. Ele traduz a identidade dos significados ao reconhecimento intersubjetivo de regras e, com isso, se serve das regras de jogo para aclarar o caráter de obrigatoriedade que encerra o reconhecimento intersubjetivo por parte de uma comunidade linguística.

Nesse procedimento, com efeito, ele lança fora da análise qualquer tipo de validade que transcenda o jogo de linguagem. Os proferimentos são válidos ou inválidos, justos ou injustos, somente de acordo com o respectivo jogo de linguagem. Onde, na observância de uma regra, poder se deparar apenas implicitamente com os pressupostos da distribuição de papéis: no jogo de linguagem, o falante, na qualidade de proponente, pode convencer o ouvinte da justeza de seu argumento.

2. Jogos de linguagem segundo Habermas

Desde a perspectiva habermasiana, os jogos de linguagem, considerados num contexto de linguagem e atividades, representam interações. As manifestações linguísticas, na medida em que são elementos de um jogo de linguagem, estão inseridas em interações. Tais manifestações têm caráter de ação, são ingredientes da ação comunicativa: ao executar atos de fala, como mandatos, perguntas, descrições ou advertências, também participo de uma prática humana comum, na qual consenso e dissenso coexistem (Habermas, 1989a, pp. 106-107, 113).

Habermas toma de Wittgenstein a noção de acordo: “como esclareceu Wittgenstein, o *telos* do entendimento mútuo é inerente ao próprio médium linguístico” (Habermas, 1999, pp. 111-112). Mas, enquanto essa aceção no filósofo austríaco consolida uma interpretação contextualista da linguagem, em Habermas ela é a base para a formulação do princípio de universalização (*Universalisierungsgrundsatz*), e de uma análise, segundo a qual, no nível das proposições universais verdadeiras, o indivíduo ultrapassa o aspecto particular de suas interpretações para “ir além” do significado de seus proferimentos e atingir a universalidade assegurada: pela gramaticidade das orações, pela consistência dos enunciados, pela verdade das hipóteses, pela retidão das normas de ação. À medida que esses traços concer-

nem a um saber pré-teórico (*Know how*), o qual é a “capacidade” universal que não se restringe à competência particular deste ou daquele grupo ou de certos indivíduos, e que não é posta em dúvida pela comunicação normal, guarda-se uma universalidade da linguagem, e, em decorrência uma situação de discurso com outro princípio, o do discurso (*Diskursgrundsatz*), que permite alcançar o ponto de vista moral imparcial na forma reflexiva da ação comunicativa (Habermas, 1983, p. 103).

Também em Habermas, ao jogo de linguagem, está vinculado o hábito: as condições de verdade de uma proposição são reconhecidas “apenas na práxis *habitual* da linguagem” (Habermas, 1999, p. 85). Ele reconhece a constituição intersubjetiva (*intersubjektive Verfassung*) como elemento da filosofia da linguagem de Wittgenstein (Habermas, 2005, pp. 17-18) e concorda com este em relação ao argumento da linguagem privada. Não existe solipsismo linguístico. As ações sociais são guiadas por regras de comunicação que não podem ser privadas, pois são intersubjetivamente válidas para uma *forma de vida* compartilhada por pelo menos dois sujeitos.³

Habermas vale-se do conceito de Wittgenstein “uso da linguagem” e considera a constituição do significado sob a perspectiva da possibilidade de identidade dos símbolos linguísticos na multiplicidade de seus usos (há “uma natureza implícita e de certo modo holística desse saber de uso”).⁴ Aqui, porém, duas diferenças básicas distanciam-no de Wittgenstein. Primeiro, enquanto este divide a gramática em superficial e profunda e considera esta última expressão das formas de vida, Habermas entende que não escolhemos as regras de uma língua de modo arbitrário, como escolhemos as regras de um jogo (Habermas, 1989b, p. 73). Em vez de gramática superficial e gramática profunda, ele separa linguagem formal pura de linguagem ordinária cotidiana. A linguagem ordinária (*Umgangssprache*) não obedece a sintaxe de uma linguagem pura, pois integra em sua própria dimensão as manifestações vitais não verbais. Em virtude disso, no conceito jogo de linguagem de Habermas está pressuposto que linguagem e ação interpretam-se reciprocamente (Habermas, 1981, pp. 212-213). Essa postura, um tanto crítica à noção de regra gramatical de Wittgenstein,⁵ capacita-o a tecer uma outra crítica a este, agora dirigida ao modelo de jogos de linguagem, apontando os limites que ele impõe à análise da linguagem: há uma diferença entre o arbitrário de um jogo que nos convém e a irreversibilidade de uma linguagem que temos adquirido ao crescer em uma tradição, e a cuja gramática temos que nos colocar. Pois uma gramática não é simplesmente um jogo, temos que tomá-la a sério. (Habermas, 1989b, p. 73).

³ Habermas, 1999, p. 19; 2001, pp. 61-62; 2005, p. 75.

⁴ Habermas, 1999, p. 19. E ainda: “O saber intuitivamente adquirido sobre como se faz algo... goza de primazia sobre o saber explícito relativo às regras”; trata-se de um saber implícito relativo às regras, e que “sustenta o conjunto ramificado das práticas e operações fundamentais de uma sociedade nas quais sua forma de vida se articula.” Idem, *ibid.* Ver também: Idem, 2005, p. 51.

⁵ Um crítica *parcial*, por assim dizer, haja vista ele concordar com a inevitabilidade de seguir regras postulada por Wittgenstein. Ver: Habermas, 2005, pp. 30, 70, 72, 73.

2.2. A gramática dos jogos de linguagem em Habermas

Habermas distingue o uso gramatical, formal e constativo da linguagem do uso regulativo. Toda gramática de um jogo de linguagem regula sentidos que não estão apenas encarnados em frases, e sim também ligados ao corpo como, por exemplo, nos gestos e nas ações.⁶ Para se comunicarem satisfatoriamente, falantes e ouvintes devem se comportar conforme a mesma regra do uso da linguagem. Um falante que se comporta de acordo com uma regra espera que um ouvinte que joga o mesmo jogo seja capaz de julgar este comportamento como adequado àquela regra.⁷ Para que isso ocorra, o ouvinte também deve ser capaz de se comportar do mesmo modo e também ele espera que, chegado o momento, o falante disponha de uma mesma capacidade de ajuizamento. Essa complementaridade entre comportamento e juízo na constituição de significados idênticos, fundamenta tanto a intersubjetividade intacta dos símbolos linguísticos, como a simetria dos papéis dialógicos da comunicação voltada ao entendimento – este que não é o fim das regras, mas elemento constitutivo da linguagem (Habermas, 1989b, pp. 66, 72-74).

Habermas acusa Wittgenstein de, após o *Tractatus*, ao abandonar a ideia de uma linguagem universal como cópia dos fatos dotados de um valor transcendental, não ter oferecido sistematicamente razão para diferenciar entre as regras do jogo (que não constituem um conjunto de sentido em si autárquico) e o sentido de objetos da experiência possível: “a abstinência teórica do segundo Wittgenstein ligara-o ao abandono pragmático da semântica da verdade, a uma recusa da pretensão sistemática da análise da linguística em geral” (Habermas, 1999, p. 12). De acordo com seu ponto de vista, o autor das *Investigações*, por desacreditar da possibilidade de teorizá-los, tratou os jogos de linguagem a partir de um contextualismo a-histórico, sem a forma de experiência.⁸ Essa desconsideração da experiência Habermas enten-

⁶ Razão pela qual Habermas, além de ter pesquisado Wittgenstein, também toma como referência Mead e Chomsky para suas reflexões sobre linguagem.

⁷ “As regras gramaticais, iguais às regras do jogo, são regras constitutivas, pois não servem para regular um comportamento que existira já com independência delas, senão que são elas as que produzem uma nova categoria de formas de comportamento.” Habermas, 1989b, p. 73. Ver também: Idem, 1988, pp. 117-118.

⁸ Habermas, 1999, pp. 85-86. Segundo Habermas, faltou a Wittgenstein considerar que em todo ato de fala os falantes se entendem entre si sobre objetos no mundo, sobre coisas e sucessos, sobre pessoas e suas manifestações, etc.: “A análise que Wittgenstein faz dos jogos de linguagem só se refere ao aspecto do uso da linguagem em geral, que é o que constitui o significado. Nessa análise se passa por alto a autonomia do aspecto expositivo da linguagem, que é o que gera conhecimento. A análise holista que o último Wittgenstein faz dos jogos de linguagem desconhece a dupla estrutura de todos os aspectos da fala e com isso aquelas condições linguísticas sob as quais a realidade se torna objeto de experiência. Mas assim como a geração de conjunto de comunicação não pode pensar-se conforme o modelo da constituição de objetos da experiência possível, assim tampouco fica essa constituição suficientemente apreendida sob o aspecto de comunicação.” Habermas, 1989b, p. 80.

de ter superado. Com sua pragmática universal, posteriormente denominada formal, ele elaborou assumidamente uma teoria geral dos jogos de linguagem amparada em noções do Wittgenstein tardio, como mundo da vida e gramática da linguagem, e na qual considerou possível a relação entre a semântica da verdade e a sua teoria do uso da linguagem.⁹ Nessa teorização, o ato de fala (*Sprechakt*), um conceito que Wittgenstein vincula aos jogos de linguagem e com o qual se contrapõe à tradição filosófica, em Habermas vale pelo seu caráter universalista, portanto, mais abrangente e menos tópico e classificado num conjunto teórico, a saber, atos de fala: imperativos, constataativos, regulativos, expressivos, etc (Habermas, 1987, pp. 415-417).

Na pragmática universal, competência linguística é capacidade de dominar o sistema de regras, conceito consoante ao de competência geral da regra, postulado por Wittgenstein (Habermas, 1989b, p. 84). A pragmática universal conta com a constituição linguística do mundo da vida como um todo e considera iguais as diferentes funções linguísticas. Para essa pragmática, o médium estruturante do mundo da vida é a linguagem proposicionalmente diferenciada com seus atos ilocucionários, os quais podem variar com relação a seus conteúdos enunciativos, utilizáveis de modo que sejam consoantes às situações, embora sejam independentes delas.

A pragmática universal distingue o uso cognitivo do uso comunicativo ou interativo da linguagem; neste são considerados somente atos de fala característicos de certas relações que falante e ouvinte possam adotar concernente ao contexto normativo de sua ação. No uso cognitivo da linguagem, pelo contrário, todo proferimento linguístico é considerado representação.¹⁰ Nesse uso é tematizado o conteúdo da emissão como um enunciado acerca de algo que tem lugar no mundo; são permitidos apenas atos de fala em que os conteúdos proposicionais tomam a forma explícita de orações enunciativas, mormente tal uso apresentar um limite: não expressar a relação interpessoal. Esse é o uso que Habermas detecta no conceito jogo de linguagem, mas entende que Wittgenstein mesmo não o tenha percebido, donde para ele o conceito wittgensteiniano jogo de linguagem é insuficiente para a análise da linguagem: indo mais além dos limites impostos pelos jogos de linguagem, essa análise tem de avançar em duas dimensões, a saber, a relação intersubjetiva entre os falantes e a referência da fala a algo no mundo (Habermas, 1999, pp. 89-90).

⁹ Habermas, 1999, p. 168; 2001, pp. 94-96.

¹⁰ Habermas, 1989b, p. 421; ver também: pp. 84, 299-368. E ainda: “A função de representação é uma função da linguagem, ao lado de muitas outras, que se desenvolvem quase que naturalmente em meio à variedade de jogos de linguagem entrelaçados e possuindo em princípio os mesmos direitos.” Habermas, 1988, p. 118. Ver também: Idem, 1999, pp. 9, 88; 2001, p. 88.

3. Considerações finais

Wittgenstein reduziu a identidade dos significados ao reconhecimento intersubjetivo de regras, porém não investigou a relação recíproca entre os sujeitos que reconhecem uma regra, entre os sujeitos para os quais se rege uma regra, p. ex., uma convenção semântica. Ademais, a consideração wittgensteiniana da gramática dos jogos de linguagem e da competência comunicativa dos falantes não considera o que é inquestionável em uma linguagem: que ela envolve a estrutura da personalidade dos falantes. Wittgenstein, embora tenha observado a expectativa como elemento constituinte dos jogos de linguagem, não foi além, não associou jogos de linguagem ao comportamento e tampouco à reflexão crítica.

Desde o ponto de vista habermasiano, os usos linguísticos envolvem comportamentos, ou os subsumidos pelas regras, ou o ajuizamento crítico relativo a eles. Essa, no entanto, é uma tarefa teórica coerente tão somente com sua obra. Se Wittgenstein procedesse de modo a considerar, em suas análises, o comportamento, acabaria por não recusar toda pretensão teórica, e ao analisar a etnografia dos jogos de linguagem como uma atividade terapêutica, ela se tornaria incompreensível.

Mais ainda, em função de uma posição antiteórica, e devido a uma acentuada valorização da dimensão pragmática das regras (as que se produzem entre os falantes), ele ignora a dimensão propriamente linguística das regras (as que geram cadeias de termos). Habermas, pelo contrário, teorizou os pressupostos da validade dos proferimentos e considerou como constituintes do entendimento a interseção entre regras de gramática e regras de jogos de linguagem, que se pode supor como a *Tiefengrammatik* e *Oberflächengrammatik* em Wittgenstein, e que não se percebe neste. A teorização habermasiana da linguagem se dá na forma de uma pragmática universal, com regras próprias, o que explica o fato de ele, muitas vezes, trocar jogo de linguagem por “jogo argumentativo” para se referir à prática discursiva; essa postura, porém, se mantém sem que ele deixe de ser tributário de Wittgenstein: a impossibilidade de uma linguagem privada é um argumento incontestado. O diferencial está em que, enquanto em Wittgenstein este argumento serve para justificar sua recusa à universalidade, em Habermas ele serve de base para a defesa da gramática universal, porquanto a comunidade implicada é a da espécie humana.

Se o sentido de seguir uma regra está deveras vinculado a essa gramática universal, isso confere certa legitimidade ao pensamento de Wittgenstein quando este defende o abandono da linguagem privada e suas consequências. Entrementes, se considerarmos que a linguagem ordinária, em suas várias linguagens naturais, representa uma forma empiricamente universal de comunicação para a qual não há alternativa em nenhuma das formas de vida conhecidas (Habermas, 1999, p. 29), parece então ser um paradoxo o que vemos em Wittgenstein: ao mesmo tempo em que trata a linguagem como a base e o centro de suas reflexões nega a sua univer-

salidade (em nome de certo contextualismo). O conceito de jogos de linguagem é ele próprio um indicador de tal aporia: se jogos de linguagem são concebidos como presentes em qualquer contexto e cultura, então, mesmo que implicitamente, a linguagem está sendo focada na sua universalidade, em um modo universal de sua existência.

Já do lado de Habermas, a questão que a via interpretativa por ele inaugurada suscita é: por meio dela pode ser alcançada uma compreensão da prática cotidiana de atribuição de regras, ou, ao contrário, ela segue o caminho da filosofia tradicional tão criticada pelo próprio filósofo, isto é, compacta a realidade em esquemas teóricos? Se, de acordo com Habermas, priorizássemos os princípios formais (princípio de universalização, princípio do discurso, regras de Robert Alex, pretensões de validade) de estruturação de uma gramática universal – configurada inicialmente como pragmática universal e posteriormente como pragmática formal – não estaríamos, em contrapartida, negando ou minorizando o peso do(s) papel(éis) que essas regras podem adquirir no cotidiano do mundo da vida e de cada forma de vida (*Lebensform*), na medida em que aqueles princípios remetem a uma noção ideal de comunidade linguística?

Habermas entende que Wittgenstein, devido ao ceticismo concernente ao desenvolvimento de uma teoria dos jogos de linguagem, caiu no erro de ignorar “o papel privilegiado que compete ao uso cognitivo da linguagem”, haja vista que ao tratar os atos de fala “a descrição de um objeto, a medição física, a comparação de uma hipótese, ficam no mesmo nível que, p. ex., os mandatos ou conselhos” (Habermas, 1989b, p. 82). Destarte, nele próprio, Habermas, é possível constatar que, em virtude de sua posição teórica voltada à sistematização, a investigação é direcionada para as estruturas profundas do pano de fundo do mundo da vida, estruturas que se corporificam nas práticas de sujeitos capazes de falar e de agir (Habermas, 1999, p. 19). Ocorre que o nível de sistematicidade é tal que seu esforço aparenta ter reduzido o mundo do destinatário à intersubjetividade das regras obedecidas por nós na comunicação linguística cotidiana.

Se nos *Profile*, no capítulo dedicado a Wittgenstein, Habermas demonstra que nele mantém-se certo positivismo em sua segunda fase, com a recusa em abordar seus conceitos numa dimensão histórica – justo a dimensão que possibilitaria estabelecer aquela relação entre *Lebensform* e jogos de linguagem –, o que significa uma renúncia à abordagem crítica desses conceitos; é possível verificar também que, mesmo de modo inverso, Habermas parece não estar imune a certo positivismo, tendência de pensamento criticada por ele de modo contundente no momento em que ela omite o sujeito produtor do conhecimento e seus interesses (Habermas, 1981, pp.88-233): nele a negação do indivíduo privado produtor de regras parece ocorrer em concomitância e no mesmo grau de valorização da intersubjetividade, como se essa fosse uma instância absoluta, a-histórica, que pairasse sobre todas as

outras. Ademais, na acepção habermasiana de entendimento – que embora situacional, pois guarda certa dependência dos contextos –, deveras, ao leitor não passa despercebido um tanto de idealidade quando defende a *simetria* dos papéis dialogais da comunicação. Aqui podemos encontrar um ponto de contato entre ambos, visto em Wittgenstein, de acordo com o próprio Habermas, haver um contextualismo *sem* história.

Apesar de problematizar a noção de complementaridade entre mundo da vida e agir comunicativo em seus escritos mais recentes, Habermas mantém certo paradoxo inerente à formulação original de *Lebensform* em Wittgenstein: procura superar o caráter restrito das formas de vida particulares, e específicas com a universalidade da linguagem, ela mesma quase que uma abordagem a-histórica da linguagem. Igualmente, com a noção de saber pré-teórico (*Know how*), Habermas parece não estar distante de Wittgenstein. A intenção na abordagem é que parece distingui-los: em nome desse saber pré/ante, Wittgenstein negou a possibilidade de teorização a respeito, “, e Habermas, em busca das condições de possibilidade desse saber, teoriza sempre mais.¹¹ Desde essa perspectiva crítica da filosofia de Habermas, o agir (*Handeln*), para além de diferentes formas de vida, não está fundamentado num nível transcendental nem num nível empírico de jogos de linguagem: não se trata bem de um agir comunicativo, pois ele não pode ser fundamento dele mesmo como *Tat* originário,¹² quer dizer, se é pré não pode ser linguagem, essa já é resultado do processamento de nossas faculdades cognitivas.

Referências bibliográficas

- GIANNOTTI, J. A. (1995): *Apresentação do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HABERMAS, J. (1981): *Erkenntnis und Interess*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- HABERMAS, J. (2001): *Kommunikatives Handeln und destranszendentalisierte Vernunft*. Stuttgart: Philipp Reclam Verlag.
- HABERMAS, J. (1983): *Moralbewusstsein und kommunikatives Handeln*, Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- HABERMAS, J. (1988): *Nachmetaphysisches Denken*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

¹¹ Prova é que as regras de Robert Alexy, as quatro pretensões de validade (de verdade, inteligibilidade, retidão e veracidade), o princípio de universalização e o princípio do discurso não prescindem da intuição moral – são mesmo um atestado da transformação da razão prática em razão comunicativa.

¹² “Agir portanto perspectivando-se, em consequência, abrindo o espaço lógico com os meios de apresentação, desenha um espaço onde o indubitável, o sim e o não tornam-se operantes, entre uma perspectiva e outra, a despeito de, nesse interstício, ser impossível o funcionamento de qualquer tipo de bipolaridade, fica aberta a possibilidade dum começo de entendimento (*Verständigung*).” Giannotti, 1995, p. 273.

- HABERMAS, J. (1984): *Philosophisch-politische Profile*. 3ª ed., Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- HABERMAS, J. (1987): *Theorie des Kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, Bd. 1.
- HABERMAS, J. (1989a): *Theorie des Kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, Bd. 2.
- HABERMAS, J. (1989b): *Vorstudien und Ergänzungen zur Theorie des Kommunikativen Handelns*. 3a. ed., Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- HABERMAS, J. (1999): *Wahrheit und Rechtfertigung – Philosophische Aufsätze*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- HABERMAS, J. (2005): *Zwischen Naturalismus und Religion*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- WITTGENSTEIN, L. (1989): *Philosophische Bemerkungen*. In: *Schriften Wittgensteins*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, Bd. 4.
- WITTGENSTEIN, L. (1989): *Philosophische Grammatik*. *Schriften Wittgensteins*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, Bd. 4. (PG).
- WITTGENSTEIN, L. (1984): *Philosophische Untersuchungen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. (PU).
- WITTGENSTEIN, L. (1984): *Tractatus logico-philosophicus* Frankfurt am Main: Suhrkamp. (TLP).
- WITTGENSTEIN, L. (1989): *Über Gewibheit*. In: *Schriften Wittgensteins*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, Bd. 8. (ÜG).

Clélia Aparecida Martins
Faculdade de Filosofia e Ciências
Universidade Estadual Paulista
clelia@marilia.unesp.br